



Trabalho qualificado: a lição do Japão

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP e membro da Academia Paulista de Letras



MAURE

Nos anos de 2010-13, quando tivemos forte crescimento do PIB, ficou clara a falta de mão de obra para preencher as vagas existentes nas empresas brasileiras, refletindo o crônico desalinhamento entre a baixa qualidade do ensino e as necessidades das empresas. Com a esperada retomada do crescimento nos anos de 2018-19, o quadro será diferente? Será que a reforma do ensino médio terá dado seus frutos naqueles anos?

Nos dias atuais, a evolução tecnológica se dá a uma velocidade muito superior à da modernização dos currículos escolares. Muitos duvidam, com razão, que a escola possa continuar como o principal provedor de trabalho qualificado. Ela já fará um bom papel se ensinar os alunos a pensar, dominando a linguagem, as operações aritméticas e os conceitos gerais da lógica científica.

O Japão teve, durante muito tempo, um sistema de garantia de emprego até a aposentadoria. Apesar disso ter diminuído a partir da recessão dos anos de 1990, mais de 65% dos profissionais, ainda hoje, trabalham na mesma empresa por mais de cinco anos e 40% por mais de 10 anos (Makoto Fujimoto, *What is Japanese long-term employment system?*, Japan Labor Issues, setembro 2017).

As empresas recrutam os jovens recém-formados das escolas profissionais e das faculdades e cuidam do seu treinamento em serviço. Comparadas com as concorrentes americanas, as empresas japonesas investem nove vezes mais em treinamento do que suas rivais dos Estados Unidos. A qualidade dos profissionais é considerada como o seu mais precioso capital e principal responsável pelos ganhos de competitividade. O treinamento é contínuo e compreensivo. No Japão, espera-se que cada empregado, além de dominar bem a sua profissão, se torne multifuncional, comportando-se como um gestor permanente, articulando suas funções com o desempenho econômico da empresa.

Nos primeiros anos de firma, devido à inexperiência, o salário dos recém-chegados é bem superior à sua produtividade. Para equilibrar a equação, as empresas continuam investindo no seu treinamento, mantendo-os até o ponto em que a capacidade de aprendizagem decai e os salários voltam a superar a produtividade. O que ocorre com os idosos nesse momento? Muito simples: eles são transferidos para outra firma dentro ou fora do grupo econômico e ali são retrainados para manter boa produtividade em

nova função. Ou seja, as empresas não param de treinar.

Como a população envelhece depressa, leis foram criadas para manter os empregados com mais de 60 anos trabalhando em contratos flexíveis. As empresas têm recebido estímulos para manter os idosos trabalhando e os jovens são estimulados a procriar. O novo lema do Japão é "crescer para criar esperança; procriar para alimentar grandes sonhos; e melhorar a segurança social para garantir paz de espírito".

O Brasil está no extremo oposto dessa história. Entre nós, o desalinhamento entre qualificações e necessidades é dos mais altos do mundo (*Global skill index, Hays: Recruiting Experts, 2017*). Historicamente, a legislação trabalhista estimulou a rotatividade dos trabalhadores, cuja qualidade de educação recebida, na média, era bastante precária. Nesse quadro, as empresas, com raras exceções, pouco investiam no treinamento de seus empregados. O Brasil precisa reverter essa situação. A reforma trabalhista pode ajudar a reduzir a rotatividade e estimular novas formas de contratação, o que poderá levar as empresas a investir em treinamento e, com isso, elevar a produtividade, como fazem as japonesas.

Na contramão da livre negociação

» CÁTILLO CÂNDIDO

Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca)

O público em geral tem a tendência de enxergar o varejo como uma coisa só, indistinta. Essa visão, porém, é equivocada. O segmento é composto por uma série de negócios distintos, como lojas de rua, feiras livres, galerias comerciais, comércio eletrônico e shopping centers, entre outros. Os modelos de gestão, estrutura jurídica, padrões contratuais e econômicos são muito diferentes entre cada um desses tipos de formato de varejo.

A confusão que deriva dessa tendência é um dos motivos pelos quais alguns parlamentares tentam alterar leis que regulam o setor ou, mesmo, criar outras mais. O problema é que colocar todos os subsegmentos do varejo numa mesma caixa, sem distinção, é ignorar suas particularidades e necessidades.

Fatores determinantes para o sucesso de cada um deles. O caso dos shopping centers é emblemático. O modelo de negócio desses empreendimentos é extremamente complexo, com características próprias. É um segmento que tem como diferenciais o espírito da livre iniciativa e a liberdade contratual entre os proprietários dos estabelecimentos e os lojistas locatários. O sucesso desse modelo é fruto direto dessas características, distintas de outros tipos de formato do varejo.

O setor de shopping centers representa 2,6% do PIB, com 565 empreendimentos que somam um total de R\$ 160 bilhões em

vendas. Esses empreendimentos estão presentes em todos os 26 estados e no Distrito Federal, espalhados por 211 municípios, reunindo mais de 100 mil lojistas parceiros. A cadeia de valor gera mais de 3 milhões de empregos e R\$ 30 bilhões em impostos.

O crescimento do segmento de shoppings tem sido contínuo há mais de 50 anos. A expansão dos shoppings nesse meio século representa desenvolvimento e sucesso para todos os envolvidos, desde empreendedores, lojistas e fornecedores até municípios, comunidades e, especialmente, consumidores.

Os shoppings trazem tranquilidade e confiança para investidores e lojistas interessados no modelo. Eles criam um círculo virtuoso de negócios que avança benefícios que, em outros formatos de varejo, não estão disponíveis ou são tão acessíveis.

O segmento de shoppings é baseado em contratos estabelecidos e acordados entre empresários. Trata-se de empreendedores cada dia mais bem preparados e articulados, como grandes redes lojistas, marcas internacionais, franquias, bancos, telefônicas, redes de cinema, entre outros.

Mais de 60% dos lojistas hoje instalados em shopping centers são âncoras, megalojas, grandes marcas internacionais, serviços de lazer e entretenimento (cinema, sobretudo), serviços bancários, telefônicos e serviços públicos. A maioria dos 40% restantes é formada por marcas internacionais, redes

pertencentes a fundos de investimento e franquias. Assim como em todo o mundo, o lojista individual, com apenas uma unidade, é minoria nos shoppings brasileiros.

As características do modelo de shoppings e o perfil dos parceiros dos empreendimentos são fatores fundamentais a serem analisados toda a vez que se discute o setor. Assim, é necessário muito cuidado quando se busca criar mais regras para um setor exclusivamente privado e comprovadamente bem-sucedido, especialmente se a motivação vem de interesses unilaterais.

É importante ampliar o debate e o conhecimento sobre o tema e a área. Essa discussão, porém, só resulta em progresso quando envolve todos os interessados e quando é pautada por estudos que sustentem os argumentos de todos os lados. O diálogo e a parceria são componentes-chave do setor. Ele não teria sobrevivido a tantas crises, a tantos percalços, e crescido tanto, inclusive muito acima do varejo em geral, não fosse pelo diálogo e entendimento.

Disputas comerciais, diferentes pontos de vista sempre vão ocorrer, e isso é saudável. O que não é produtivo é que discussões estruturais por conveniências ou dificuldades conjunturais prejudiquem um setor tão dinâmico. Alterar a livre iniciativa e engessar contratos vai na contramão do que se busca para o país: a modernização, a simplificação e o incentivo ao empreendedorismo.


ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

 aricunha@dabr.com.br
 com Circe Cunha // circecunha.dfg@dabr.com.br

Taxas e mais taxas maiores

Caso venha a se confirmar, o reajuste proposto pelo Governo do Distrito Federal do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana para o exercício de 2018 estará, mais uma vez, repetindo a velha prática arrecadatória de retirar dos contribuintes até o último centavo para cobrir os gastos sempre crescentes do governo. Pelo menos é o que requer o Projeto de Lei nº 1.807/2017, encaminhado há pouco pelo Executivo à Câmara Legislativa, e que recebeu acolhida favorável pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

No documento, que vai à votação pelo plenário, está previsto um reajuste dos imóveis de 3,68% para o próximo ano, o que equivaleria a mais do que o dobro do acumulado nos últimos 12 meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que registra 1,83%. Pelos cálculos feitos pela bancada da oposição na CL, o aumento do IPTU será de 127% acima dos cálculos do INPC, o que, para muitos, contraria dispositivos contidos na própria Lei nº 5.792/2016, que estabeleceu que os reajustes desse imposto deveriam ficar dentro dos limites indicados pelo INPC a cada ano.

Pelos cálculos dos parlamentares, o reajuste do IPTU não poderia ir além de 1,62%, que é a média dos últimos 10 meses do ano. A oposição acusa o governo de exercer uma política de confisco para tapar buracos das finanças locais, justo num período em que o mercado imobiliário da capital vem apresentando seguidas quedas desde 2014. A estimativa do GDF é arrecadar quase R\$ 800 milhões com a cobrança do IPTU em 2018. O governo, como sempre, nega que o reajuste do IPTU ficará acima do INPC.

Para a Justiça, a base de cálculo do IPTU é sempre o valor venal do imóvel e pode ser definida por meio da publicação de uma planta genérica, denominada Pauta de Valores Venais, na qual consta, além do zoneamento urbano sobre o qual incide o IPTU, os valores de metragem das projeções existentes nas respectivas regiões administrativas.

Outro meio de se calcular o IPTU sobre determinados imóveis é feito pelo exame de dados cadastrados pelo proprietário na Secretaria de Fazenda do DF. Para aqueles que aumentaram a área construída dos imóveis, haverá ainda um IPTU complementar a ser pago em boleto adicional, mas ainda sem os valores respectivos.

Acompanha o IPTU a Taxa de Limpeza Pública (TLP), instituída pela Lei 6.945, de 1981, e que é cobrada dos contribuintes pelos serviços de retirada e coleta periódicas do lixo urbano e limpeza pública como varrição e poda de árvores. Essa taxa também tem seus valores revistos a cada ano e inclui, além da limpeza, o transporte, tratamento e destinação de resíduos sólidos para as áreas específicas.

» A frase que foi pronunciada

“Há pois a luz, há a natureza e há a consciência. A natureza é Deus, representado, à luz, é Deus em sua essência, e a consciência é Deus percebido.”

Farias Brito, filósofo e escritor que viveu no Ceará

Sensibilidade

» Fernando César Mesquita conta que viu na antessala do ministro do STJ Napoleão Nunes Maia Filho dezenas de quadros assinados por cearenses ilustres. Pinturas ou gravuras de Paulo Bonavides, Raquel de Queiroz, Fagner, Belchior, Chico Anísio, Farias Brito, Padre Cícero, do historiador Capistrano de Abreu, José de Alencar, entre outros. Vale lembrar que o jurista e magistrado vem de uma família de intelectuais. Nunes Maia e os irmãos poetas Luciano e Virgílio são membros da Academia Cearense de Letras.

Minamata

» Operação da Polícia Federal, deflagrada no Amapá, desarticulou organização criminosa que explora ouro ilegalmente na região. Políticos, empresários e agentes públicos receberam mandados de prisão. A operação mobilizou 180

policiais. O mais curioso é que as políticas públicas de inclusão social eram as principais ferramentas para a clandestinidade na busca do ouro. Investigadores atestaram que os danos ambientais são incalculáveis.

Abate

» Câmara Legislativa recebeu do GDF um Projeto de Lei Complementar que prevê o uso de precatórios para abatimento em dívidas. Há uma lei federal com essa previsão: Lei 12.431/2011.

Cinquentenário

» Recebemos de Júlia Passarinho o convite para o Bazar da Casa do Pequeno Polegar. De 14 a 17 de dezembro, no Centro de Convenções, das 10h às 22h. A Casa do Pequeno Polegar é uma organização sem fins lucrativos, que atende, como creche e pré-escola, a mais de 160 crianças carentes do Paranoá, São Sebastião e Itapoã.

» História de Brasília

Na dança das horas, as promessas de novo prefeito já foram vencidas várias vezes. A busca ao homem continua por toda a parte. Os que prestam não querem, os que devem não são ouvidos. E a cidade mergulha numa incerteza que vai da falência ao protesto de títulos. (Publicado em 10/10/1961)